Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)

Caderno de Indicadores Nacionais (INA) e de Metas de Medição Periódicas (MMP)



Contexto Estratégico de TIC no Poder Judiciário

A Estratégia de Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o período de 2015-2020, tem como meta promover a melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica no âmbito do Poder Judiciário.

A materialização dessa meta se dará a partir do alcance conjunto dos objetivos estratégicos estabelecidos, que serão concretizados por meio de execução da ENTIC-JUD em consonância com as Diretrizes Estratégicas de Nivelamento contidas na Resolução CNJ nº 211/2015.

Em harmonia com os Macrodesafios do Poder Judiciário, instituídos pela Resolução CNJ nº 198/2014, em especial a "Melhoria da infraestrutura e governança de TIC", este documento foi concebido de forma a abordar os temas estratégicos de TIC que servirão de apoio para o cumprimento da função institucional do CNJ.

A Estratégia foi composta pela Missão, Visão e Valores, sendo desmembrada em três perspectivas e nove objetivos estratégicos, que buscam como resultado final consolidar a Tecnologia da Informação e Comunicação como instrumento viabilizador de execução de estratégias no Judiciário.

Este caderno visa, principalmente, dar divulgação aos Indicadores Nacionais (INA) e Metas de Medição Periódicas (MMP) estabelecidas.



MAPA DA ENTIC-JUD - TRADUÇÃO DA ESTRATÉGIA

MISSÃO

Melhorar a infraestrutura e a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação para que o Poder Judiciário cumpra sua função institucional

VISÃO

Ser reconhecido como um referencial em governança, gestão e infraestrutura da Tecnologia da Informação e Comunicação

RESULTADOS

Primar pela satisfação dos usuários

Aperfeiçoar a governança e a gestão

Aprimorar as contratações

PROCESSOS INTERNOS

Promover a adoção de padrões tecnológicos

Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação

Aprimorar a segurança da informação

RECURSOS

Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal

Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas

Aprimorar a gestão orçamentária e financeira

Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)

Missão

Melhorar a infraestrutura e a governança de TIC para que o Poder Judiciário cumpra sua função institucional.

Visão

Ser reconhecido como um referencial em governança, gestão e infraestrutura da Tecnologia da Informação e Comunicação.

Atributos de Valor da Tecnologia da Informação e Comunicação

- Acessibilidade e Usabilidade;
- Celeridade;
- Inovação;
- Responsabilidade Social e Ambiental;
- Transparência.

Macrodesafio de TIC do Poder Judiciário

Melhoria da infraestrutura e governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Indicadores Nacionais (INA) e Metas de Medição Periódicas (MMP)

Objetivo Estratégico 1 (OE-1)	Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal de TIC.
Indicador Nacional 1 (INA-1)	Índice de Tribunais com o Plano Anual de Capacitação de TIC executado em, no mínimo, 70%.
Meta de Medição Periódica - 2016	80% dos Tribunais com o Plano Anual de Capacitação de TIC executado em, no mínimo, 70%.
Fórmula de Cálculo	[Σ (Totalidade de Tribunais com o Plano Anual de Capacitação de TIC executado em, no mínimo, 70%) / Σ (Tribunais)] X 100
Periodicidade	Anual.
Observações	- Os Tribunais deverão informar ao CNJ o percentual de execução de seus Planos Anuais de Capacitação.

Objetivo Estratégico 2 (OE-2)	Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas.
Indicador Nacional 2 (INA-2)	Índice de Tribunais que possuem ambiente de processamento central (Datacenter) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade.
Meta de Medição Periódica - 2016	80% dos Tribunais com o Plano Anual de Capacitação de TIC executado em, no mínimo, 70%.
Fórmula de Cálculo	[Σ (Tribunais que possuem ambiente de processamento central (Datacenter) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade) / Σ (Tribunais)] X 100
Periodicidade	Anual.
Observações	 Os Tribunais deverão informar ao CNJ se possuem ambiente de processamento central (Datacenter) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade. Entende-se como atendidos os requisitos mínimos, se o Tribunal possuir Sala Cofre ou Sala Segura que sigam as melhores práticas nacionais e internacionais para esses tipos de ambientes. Por ser um tema de alta relevância, esse indicador começa a ser acompanhado desde já pelo CNJ, apesar de seu cumprimento estar programado para o prazo de até 3 (três) anos.

Objetivo Estratégico 3 (OE-3)	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira de TIC.
Indicador Nacional 3 (INA-3)	Índice de Tribunais com o Plano Orçamentário de TIC executado em, no mínimo, 80%.
Meta de Medição Periódica - 2016	80% dos Tribunais com o Plano Orçamentário de TIC executado em, no mínimo, 80%.
Fórmula de Cálculo	$[\Sigma$ (Tribunais com o Plano Orçamentário de TIC executado em, no mínimo, 80%) / Σ (Tribunais)] X 100
Periodicidade	Anual.
Observações	 Os Tribunais deverão informar ao CNJ o percentual de execução de seus Plano Orçamentários de TIC. O percentual de execução informado deverá considerar o orçamento aprovado para o exercício financeiro, e não o orçamento planejado inicialmente.

Objetivo Estratégico 4 (OE-4)	Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC.
Indicador Nacional 4 (INA-4)	Índice de Tribunais com resultado do Índice de Governança de TI (iGovTI) com nível Intermediário ou Aprimorado.
Meta de Medição Periódica - 2016	80% dos Tribunais com resultado do Índice de Governança de TI (iGovTI) com nível Intermediário ou Aprimorado.
Fórmula de Cálculo	[Σ (Tribunais com resultado do Índice de Governança de TI (iGovTI) com nível Intermediário ou Aprimorado) / Σ (Tribunais)] X 100
Periodicidade	Anual.
Observações	 Os Tribunais deverão informar ao CNJ se atingiram o nível Intermediário ou Aprimorado no Índice de Governança de TI (iGovTI). Este indicador utilizará dados relativos ao Levantamento iGovTI 2016 desenvolvido bianualmente pelo TCU.

Objetivo Estratégico 5 (OE-5)	Aprimorar as contratações de TIC.
Indicador Nacional 5 (INA-5)	Índice de Tribunais com o Plano de Contratações de TIC executado em, no mínimo, 80%.
Meta de Medição Periódica - 2016	80% dos Tribunais com o Plano de Contratações de TIC executado em, no mínimo, 80%.
Fórmula de Cálculo	$[\Sigma$ (Tribunais com o Plano de Contratações de TIC executado em, no mínimo, 80%) / Σ (Tribunais)] X 100
Periodicidade	Anual.
Observações	 Os Tribunais deverão informar ao CNJ o percentual de execução de seus Planos de Contratações de TIC. O percentual de execução informado deverá considerar o Plano de Contratações atualizado, considerando o orçamento aprovado para o exercício financeiro.

Objetivo Estratégico 6 (OE-6)	Promover a adoção de padrões tecnológicos.
Indicador Nacional 6 (INA-6)	Índice de Tribunais que possuem metodologia formal de desenvolvimento e de sustentação de software.
Meta de Medição Periódica - 2016	80% dos Tribunais com metodologia formal de desenvolvimento e de sustentação de software.
Fórmula de Cálculo	[Σ (Tribunais que possuem metodologia formal desenvolvimento e de sustentação de software) / Σ (Tribunais)] X 100
Periodicidade	Anual.
Observações	 Os Tribunais deverão informar ao CNJ se possuem metodologia formal de desenvolvimento e de sustentação de software. Por ser um tema de alta relevância, esse indicador começa a ser acompanhado desde já pelo CNJ, apesar de seu cumprimento estar programado para o prazo de até 2 (dois) anos.

Objetivo Estratégico 7 (OE-7)	Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação.
Indicador Nacional 7 (INA-7)	Índice de Tribunais com, no mínimo, 80% de seus sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).
Meta de Medição Periódica - 2016	80% dos Tribunais com, no mínimo, 80% de seus sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).
Fórmula de Cálculo	$[\Sigma$ (Tribunais com, no mínimo, 80% de seus sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)) / Σ (Tribunais)] X 100
Periodicidade	Anual.
Observações	- Os Tribunais deverão informar ao CNJ se possuem, no mínimo, 80% de seus sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) Por ser um tema de alta relevância, esse indicador começa a ser acompanhado desde já pelo CNJ, apesar de seu cumprimento estar programado para o prazo de até 2 (dois) anos.

Objetivo Estratégico 8 (OE-8)	Aprimorar a segurança da informação em TIC.
Indicador Nacional 8 (INA-8)	Índice de Tribunais que possuem processo formal de Gestão de Riscos.
Meta de Medição Periódica - 2016	80% dos Tribunais com processo formal de Gestão de Riscos.
Fórmula de Cálculo	[Σ (Tribunais que possuem processo formal de Gestão de Riscos) / Σ (Tribunais)] X 100
Periodicidade	Anual.
Observações	- Os Tribunais deverão informar ao CNJ se possuem processo formal de Gestão de Riscos.

Objetivo Estratégico 9 (OE-9)	Primar pela satisfação dos usuários de TIC.
Indicador Nacional 9 (INA-9)	Índice de Tribunais com, no mínimo, 80% dos seus usuários internos satisfeitos com os serviços prestados pela área de TIC.
Meta de Medição Periódica - 2016	80% dos Tribunais com, no mínimo, 80% dos seus usuários internos satisfeitos com os serviços prestados pela área de TIC.
Fórmula de Cálculo	[Σ (Tribunais com, no mínimo, 80% dos seus usuários internos satisfeitos com os serviços prestados pela área de TIC) / Σ (Tribunais)] X 100
Periodicidade	Anual.
Observações	- Os Tribunais deverão informar ao CNJ se possuem, no mínimo, 80% dos seus usuários internos satisfeitos com os serviços prestados pela área de TIC.